

***UrbanSus - Sustentabilidade Urbana***

***Ética Socioambiental***

**23 de maio de 2019**

**8h30 – 17h30**

**Local: Instituto de Estudos Avançados da USP  
Auditório Alfredo Bosi**

O Ciclo de Seminários UrbanSus, alinhado aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS da ONU, tem por objetivo central refletir sobre o papel das cidades, estimular boas práticas e compartilhar soluções sustentáveis inovadoras. Promovido pelo Programa USP Cidades Globais, sediado no Instituto de Estudos Avançados, em conjunto com a Faculdade de Saúde Pública e o Instituto de Biociências, da Universidade de São Paulo, o Ciclo UrbanSus tem o propósito de contribuir para maior compreensão e propagação da temática da sustentabilidade entre academia, sociedade e setor público, como estímulo à construção de uma cultura da sustentabilidade.

Em continuidade ao Ciclo UrbanSus, realizou-se no dia 23 de maio de 2019, no Auditório Alfredo Bosi do IEA-USP, o Seminário sobre Ética Socioambiental, que promoveu diálogos e reuniu experiências sobre o assunto, trazendo à luz temas como ética na ciência e na tecnologia, justiça ambiental, equidade e sustentabilidade. O evento se organizou em quatro painéis: I. Ética na ciência, na tecnologia e no desenvolvimento humano, II. Perspectivas Teóricas para uma Ética Socioambiental, III. Não Humanos na Ética Socioambiental e IV. Território, Equidade e Justiça Ambiental.

A complexidade inerente ao desenvolvimento das cidades e ao necessário processo de gestão urbana, que contemple os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável em suas políticas, planos, programas, projetos e ações, exige que questões associadas à ética socioambiental, enquanto fundamento, estejam presentes e sejam adequada e efetivamente contempladas.

O seminário teve o propósito de contribuir para maior compreensão e propagação da temática da sustentabilidade entre academia, sociedade e setor público, como estímulo à construção de uma cultura da sustentabilidade aliada à ética socioambiental. O evento contribuiu igualmente para o aprofundamento dos Programas de Pós-Graduação em: Saúde Global e Sustentabilidade; Ambiente, Saúde e Sustentabilidade; bem como para o Programa de Pós-Graduação Saúde Pública, da Faculdade de Saúde Pública da USP, tanto no que se refere à temática abordada como no propósito de se engendrar e reforçar parcerias nacionais e internacionais.

O evento foi realizado pelo Programa USP Cidades Globais do Instituto de Estudos Avançados e pelos Programas de Pós-Graduação da Faculdade de Saúde Pública, e contou com apoio decisivo da CAPES, da Comissão de Cultura e Extensão da FSP e da Universidade Regional de Blumenau (FURB).

Horário	
08h30-09h00	Abertura  Paulo Saldiva (IEA/FM/USP)

	<p>Marcos S. Buckeridge (IEA/IB/USP)</p> <p>Luciano Félix Florit (FURB)</p>
--	---

Na abertura do evento, o Prof. Paulo Saldiva cumprimentou os organizadores pela escolha do tema, apontando que a ética socioambiental é um tema do Instituto de Estudos Avançados da USP por excelência, uma vez que se trata de um problema complexo que demanda diferentes olhares.

As cidades, ou “complexidades”, complexas por natureza, abrigam hoje constantes conflitos entre os interesses econômicos e o bem comum, o que demanda decisões de gestão baseadas na observância de princípios éticos, pois não é possível dirimir tais conflitos por consenso.

Refletindo sobre a autópsia realizada recentemente no corpo de um motorista de aplicativo, morto aos 35 anos por complicações de uma gripe, o prof. Saldiva apontou que atuação das grandes corporações internacionais pela desregulamentação aumenta sobremaneira a complexidade das relações urbanas, comprometendo a qualidade de vida da população.

As conquistas sindicais estão sendo colocadas em cheque, por meio do retorno de “um passado travestido numa modernidade antiga”, de modo que a “epistemologia da ignorância deliberada”, posta a serviço de grandes corporações, também deve ser objeto da ética socioambiental. A informação, como base decisória, precisa ser temperada por escolhas feitas com princípios éticos. Nesse contexto, a regulação coloca-se como um tema importante e necessário, ainda que impopular.

A seguir, o professor Marcos Buckeridge discorreu rapidamente sobre o Programa Cidades Globais, estruturado no IEA a convite do professor Saldiva. Apontou que o Programa, focado em redes complexas tendo como alvo principal a cidade de São Paulo, progrediu e progride rapidamente, contando hoje com a participação de parceiros fora da USP e com uma equipe de dez pós doutorandos e pesquisadores colaboradores, supervisionados por professores da USP pertencentes a diferentes unidades.

Finalmente, o professor Luciano Felix Florit tratou do lançamento do livro sobre Ética Socioambiental, a ser realizado ao final do seminário, agradecendo aos autores, pareceristas, organizadores e instituições apoiadoras. Ponderou que o livro buscou colocar um espaço de convergência para argumentos, pensamentos e provocações sobre os pressupostos dos valores normativos que determinam as decisões no campo socioambiental, salientando, como apontado anteriormente pelo professor Saldiva, que as informações fáticas não são capazes de apontar por si só o que é o “correto”. Considerou, ainda, que a ética socioambiental, atinente à equidade, à importância da vida de modo geral, é um espaço de encontro construído a partir do diálogo interdisciplinar e vocacionado ao enfrentamento de questões espinhosas e impopulares.

09h00–10h30	<p><b>Painel I. Ética na ciência, na tecnologia e no desenvolvimento humano</b></p> <p>Marcos S. Buckeridge (IEA/IB/USP)</p> <p>René Mendes (ABRASTT)</p> <p>Moderador</p>
-------------	--

	Arlindo Philippi Jr (IEA/FSP/USP)
	Relator
	Debora Sotto (FSP/USP)

### ***Parte I. O Desenvolvimento da ética socioambiental no mundo e no Brasil***

O primeiro Painel, tendo como tema a Ética na ciência, na tecnologia e no desenvolvimento humano, iniciou-se com questionamentos feitos pelo Prof. Marcos Buckeridge sobre as origens do processo observado no governo federal de fechamento de instituições pertencentes ao sistema ambiental brasileiro e de negação das mudanças climáticas.

Buscando responder a esses questionamentos, aventou-se a hipótese de estar em curso, desde o século XX, uma espécie de “revolução copernicana” da ética socioambiental (Buckeridge, 2019). Traçou-se, assim, uma linha do tempo, iniciada com a menção à obra do botânico Arthur Tansley<sup>1</sup>, responsável pela organização, em 1935, dos termos da ecologia, entre estes, o termo “ecossistema”, a partir de uma visão sistêmica. Apontou-se a publicação, em 1953, do primeiro livro de Ecologia propriamente dita, pelos irmãos Eugene e Howard Odum<sup>2</sup>, também com base em uma visão sistêmica.

Em 1962, a publicação do livro Primavera Silenciosa, por Rachel Carson, foi responsável por conscientizar a opinião pública sobre a perspectiva ecológica do funcionamento do planeta e que os homens o estão afetando negativamente. Paralelamente, foram mencionadas as obras de Karl Popper, responsável pela demarcação da ciência como algo falseável, Ludwig Von Bertalanffy<sup>3</sup>, biólogo responsável pelo desenvolvimento da visão sistêmica, e Norbert Wiener<sup>4</sup>, matemático, responsável pelo desenvolvimento do conceito de “cibernética”, base do funcionamento dos sistemas, que, por sua vez, inspirou o conceito de Gaia de James Lovelock<sup>5</sup>, atinente aos ciclos biogeoquímicos do planeta.

Mencionou-se, por fim, a publicação em 1968 do livro “The Limits to Growth”, coordenado por Donella Meadows do MIT por encomenda do Clube de Roma<sup>6</sup>, documento que estabeleceu os parâmetros do que iríamos chamar hoje sustentabilidade. Nesse contexto, nos anos 1970-1980, o um professor do Instituto de Biociências da USP, Paulo Nogueira Neto foi comissionado pelo Governo Militar a montar uma secretaria especial de meio ambiente, assim estruturando o embrião do sistema ambiental brasileiro, informado pela visão sistêmica.

Feito esse histórico, propôs-se uma definição da ética ambiental como uma disciplina da filosofia que estuda o relacionamento moral dos seres humanos com o meio ambiente, incluindo o seu conteúdo não humano. A ética ambiental que tem como base a expansão da consciência humana para a concepção de uma rede de correlações entre todos os seres vivos em contraposição ao antropocentrismo, onde o homem é o centro de tudo. É por isso que se afirmou que a evolução da ética ambiental seria análoga à revolução copernicana. A ética ambiental teria se desenvolvido lentamente, ao longo do século XX,

<sup>1</sup> Tansley, A.G. (1935) The use and abuse of vegetational concepts and terms. Ecology. 16(3); 284-307.

<sup>2</sup> Odum, E.P. (1953) Fundamentals of Ecology. Philadelphia: W.B. Saunders Company, 383p.

<sup>3</sup> Bertalanffy, L.V. (1975) Teoria Geral dos Sistemas. Ed. Vozes;1975.

<sup>4</sup> Wiener, N. (1948) Cibernética ou controle e comunicação no animal e na máquina. Perspectiva, 148p. Publicado pela primeira vez em 1948.

<sup>5</sup> Lovelock, J. (2000) GAIA: a new look at the life on earth. Oxford, 148p. Publicado pela primeira vez em 1979.

<sup>6</sup> Meadows, D.H., Meadows, D.L., Randers, J., Behrens III, W.W. (1972) The limits of Growth. A report for the Club of Rome's project on the predicament of mankind. <http://www.donellameadows.org/wp-content/userfiles/Limits-to-Growth-digital-scan-version.pdf>

pelo acúmulo de conhecimento biológico e incorporação deste na esfera política. Isto criou uma ruptura na ética judaico-cristã, que toma o homem (masculino) como medida e centro para onde convergem todas as coisas (plantas, animais, mulheres, etc).

A revolução da ética ambiental, entretanto, ainda não terminou. Muitas vezes sofre ataques no âmbito da política. Na década de 1980, o presidente Ronald Reagan, ao assumir a presidência dos Estados Unidos, levantou dúvidas sobre a visão das questões ambientais, politizando o tema do meio ambiente numa tentativa de dissolver o sistema ambiental norte-americano. Evidenciou-se, aí, a existência de uma guerra ética por trás da questão ambiental, cindindo o mundo entre os partidários da ética judaico-cristã e os partidários de uma ética sistêmica. O Brasil se inseriu efetivamente nessa guerra ética com cerca de 40 anos de “atraso”, o que se evidencia pelo posicionamento do atual governo nas questões ambientais e os conflitos observados hoje no país.

Apontou-se, a seguir, que a ética socioambiental apresenta, de modo geral, duas vertentes. A primeira delas funda-se em valores intrínsecos, ou seja, referidos ao valor que cada elemento tem, abarcando o veganismo, e vegetarianismo e o animismo (ideia de que animais possuem alma). Em oposição, a segunda vertente funda-se em valores instrumentais, com uma visão utilitária, antropocêntrica e sistêmica. Apontou-se, a esta altura, que as questões atinentes aos direitos das minorias, inclusive o feminismo, conectam-se a esse processo de revisão da ética judaico-cristã pela visão sistêmica (quebra do “homo-macho-centrismo”). Reiterou-se, por fim, a idéia de que a evolução da ética socioambiental decorre da ampliação da consciência humana no sentido de que não há um centro, mas sim uma pluralidade de sistemas, em que o homo sapiens, ainda que extremamente influente, é apenas um elemento a mais, cuja existência fora do sistema (ainda) não é possível.

## ***Parte II. O Desenvolvimento humano e a ética socioambiental***

Na segunda parte do Primeiro Painel, a exposição, feita pelo Dr. René Mendes, concentrou-se sobre o desenvolvimento humano e sua relação com a ética socioambiental. Questionou-se, primeiramente, se seria pertinente falar em ciência e tecnologia E desenvolvimento humano, ou se seria mais apropriado falar em ciência e tecnologia PARA o desenvolvimento humano, ou “a serviço” do desenvolvimento humano.

Nesse contexto, menciona-se a definição de desenvolvimento proposta pelo PNUD, como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que tenham capacidades e oportunidades para ser aquilo que seja ser, por meio de uma abordagem que procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades.

O conceito proposto pelo PNUD pontua a diferença entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento humano, transferindo o foco do crescimento econômico, ou renda, para o ser humano, de modo que, para se aferir o avanço na qualidade de vida, é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana.

Apontou-se, desse modo, que o grande desafio que se coloca ao Brasil hoje é a efetivação do direito ao desenvolvimento humano. A desigualdade espacial no país é tão chocante que ciência e tecnologia, que

não são neutras nem assépticas, precisam se posicionar a respeito. Menciona-se, no caso, a bioética das desigualdades sociais (Anjos<sup>7</sup>; Garrafa<sup>8</sup>) e a bioética da libertação (Dussel<sup>9</sup>).

Como segunda reflexão, questionou-se se ainda faz sentido afirmar, como dispõem os artigos 193 e 170 da Constituição Federal, que a ordem social no Brasil tem como base o primado do trabalho e como objetivo o bem estar e a justiça sociais, ou que a ordem econômica brasileira, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna conforme os ditames da justiça social. Pautou-se, assim, a relação entre trabalho e o desenvolvimento humano, apontando-se que a própria Constituição Federal, no seu artigo 170, elenca a defesa do meio ambiente, a redução das desigualdades regionais e sociais e a busca do pleno emprego como princípios da ordem econômica. Estes argumentos são parte de da consolidação de uma ética socioambiental do tipo instrumental na sociedade brasileira, já na constituição de 1988.

Questionou-se, assim, como a ciência e a tecnologia podem contribuir para diminuir essas desigualdades. Nesse contexto, situa-se a questão do trabalho no país, com o desaparecimento do emprego formal; a colocação do trabalho informal como nova regra, a criação da categoria dos “desalentados” – os que desistiram de procurar emprego (estimados em mais de quatro milhões de pessoas em 2017); a precarização das relações de emprego e o papel dos aplicativos na substituição dos postos de trabalho por tecnologias.

Como terceira provocação, introduziu-se a idéia, baseada na obra de Sen & Kiliksberg<sup>10</sup>, de que o trabalho e o emprego representam não só um grande desafio como também uma oportunidade para o desenvolvimento de ciência e tecnologia “engajadas”, ou seja, centradas nas pessoas. Não se trataria, nesse caso específico, de antropocentrismo, mas sim de uma visão política e social, a abarcar a ética da correção das desigualdades e a persecução do desenvolvimento humano. Nesse sentido, mencionou-se a publicação do informe de 2019 da OIT, “Work for a brighter future”, pautado por essa ótica centrada nas pessoas. A última questão colocada à reflexão diz respeito à necessidade de se repensar uma ética do desenvolvimento no país e o papel desempenhado pela ciência e tecnologia, sobretudo aquelas financiadas pelo setor público.

### **Debates**

Abertos os debates, foi trazida à baila a idéia do “*homo economicus*”, conexas ao antropocentrismo e baseada em uma visão de progresso reduzida ao cálculo de benefícios econômicos a serem obtidos independentemente dos custos socioambientais decorrentes. Portanto, uma forte visão de ética instrumental e antropocêntrica. Ponderou-se, nesse contexto, que os indicadores de desenvolvimento humano, por trabalharem com uma expectativa de vida de 72 anos na média, atrelam o cálculo de benefícios econômicos à perspectiva de apenas uma geração, levando ao total desconhecimento, por

---

<sup>7</sup> ANJOS, M. F. dos. Bioética nas desigualdades sociais. In: GARRAFA, V.; COSTA, S. I. (Org.). *A bioética no século XXI*. Brasília: UnB, 2000. p.49-65.

<sup>8</sup> GARRAFA, V. Bioética, saúde e cidadania. *Humanidades*, Brasília, UnB, v. 9, n. 34, 1994.

<sup>9</sup> Ética da Libertação na idade da globalização e da exclusão. Petrópolis: Vozes, 2000.

<sup>10</sup> SEN, Amartya; KILIKSBERG, Bernardo. As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. Tradução Bernardo Ajzemberg e Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

falta de capacidade de prospecção, para além dessa temporalidade. A mesma lógica unigeracional se aplicaria à simulação de cenários feita pelo IPCC, restrita ao ano de 2100. De maneira semelhante, apontou-se que o antropocentrismo influencia também a construção das narrativas históricas, tomando-se o tempo como algo linear e o desenvolvimento, ou “destino”, como algo a ser necessariamente alcançado.

Quanto às possíveis conexões ou conflitos existentes entre a ética e a religião, mencionou-se a Encíclica ‘Laudato Si’, documento de referência, a ser debatido e refletido independentemente do caráter religioso em razão de seu posicionamento em torno da “casa comum” e da indissociabilidade da questão ambiental com as questões humana, social, política e espiritual. Trata-se de uma visão claramente sistêmica, que contém um foco baseado na ética instrumental.

Apontou-se, adicionalmente, que o conceito de desenvolvimento humano proposto pelo PNUD não incorpora variáveis ambientais, as quais permitiram estender a questão ética ao ambiente, aos demais seres vivos.

Questionaram-se, assim, quais seriam as possibilidades de ação da academia para juntar a questão ambiental e a questão humana, ao que se retrucou que o ambiente também é sócio-político e cultural, de modo que a humanização do humano também se coloca como uma questão ética.

Por fim, quanto ao eurocentrismo vigente, ponderou-se ao final dos debates que a dificuldade de reconhecimento de diferentes culturas, com diferentes visões de mundo, é questão que se relaciona à polarização da sociedade, decorrente da perda da tolerância mútua e da reserva institucional tratadas por Levitsky e Ziblatt em sua obra “Como as democracias morrem”<sup>11</sup>.

### ***Pós escrito***

A necessidade de estabilidade e permanente crescimento econômico, que dita o que chamamos de desenvolvimento atualmente, impõe que avanços tecnológicos, fortemente impulsionados pelo acúmulo de conhecimento científico, sejam considerados de um ponto de vista antropocêntrico. Os seres humanos precisam de trabalho para poderem manter um certo padrão de vida. Este comportamento foi questionado por Meadows em 1972<sup>12</sup> e antes ainda por Malthus<sup>13</sup> em 1826 no sentido de que não há suprimentos suficientes para o crescimento indefinido da população humana. Deriva desta constatação a ética socioambiental moderna que vislumbra uma humanidade consciente de seus limites e capaz de atingir os maiores níveis de sustentabilidade possíveis, em todas as esferas da sociedade. Nesse sentido, é importante que os empregos do futuro sejam engajados em uma visão de sustentabilidade, considerando as funções de cada ser humano na sociedade como ações condizentes com impacto mínimo sobre o meio ambiente.

10h30–12h00	<b><i>Painel II: Perspectivas Teóricas para uma Ética Socioambiental</i></b>
-------------	--

<sup>11</sup> Levitsky, S. & Ziblatt, D. (2018) Como as democracias morrem. Zahar ed. 269p.

<sup>12</sup> Obra citada.

<sup>13</sup> Meadows, D.H., Meadows, D.L., Randers, J., Behrens III, W.W. (1972) The limits of Growth. A report for the Club of Rome’s project on the predicament of mankind. <http://www.donellameadows.org/wp-content/userfiles/Limits-to-Growth-digital-scan-version.pdf>

	Dimas Floriani (UFPR)
	John James Loomis (UP)
	Liliane Cristine Schlemer Alcântara (UFMT)
	Moderador
	Luciano Félix Florit (FURB)
	Relator
	Ana Maria Barbieri Bedran Martins (FSP/USP)

O painel II abordou o tema “Perspectivas Teóricas para uma Ética Socioambiental” e contou com a participação dos professores John James Loomis da UP, da Profa. Liliane Cristine Schlemer Alcântara da UFMT e da Profa. Marta de Azevedo Irving da URFJ, como palestrantes e do professor Luciano Félix Florit da FURB como moderador.

No segundo painel, as discussões se debruçaram sobre Perspectivas Teóricas para uma Ética Socioambiental. Iniciou-se a palestra trazendo reflexões a respeito de temas que deveriam ser mais abordados na academia, mas que muitas vezes não o são devido a sua complexidade. Por exemplo, Ecologia Política e Ecologia Social como diferentes abordagens metodológicas para se compreender o tema da Biodiversidade, que parte do pressuposto da indissociabilidade entre Natureza, Cultura e Sociedade.

Parte-se da ideia de indissociabilidade, onde o primeiro passo é desconstruir e reconstruir as certezas e incertezas da ciência cartesiana, sendo necessário trazer a crítica à própria ciência. Nesse sentido, é importante resgatar teóricos como Edgar Morin e Bruno Latour, pois eles reconhecem que por muitas vezes a ciência opera por disjunção, redução e por simplificação e que na verdade a realidade é complexa. A disjunção isola os objetos não apenas uns dos outros mas também de seu ambiente e de seu observador.

Da mesma forma, o pensamento disjuntivo isola as disciplinas umas das outras e isola a ciência da sociedade. A Redução, por sua vez, unifica o que é diverso ou múltiplo, seja o que é elementar ou o que é mensurável.

Esse é um debate que está na linha da contra cultura: não dá para imaginar que está sendo discutido ética ambiental na direção do *modus operandi* do *status quo*, e como contra cultura, essa discussão será sempre problemática, vai estar sempre nadando contra a corrente de qualquer modelo hegemônico. E todo esse debate parte da certeza da insustentabilidade dos modos de viver e existir em sociedade e sendo assim, parte-se da ideia da crise da ciência.

O tema da sustentabilidade surge na constatação da insustentabilidade dos modos de produção e consumo das sociedades industriais e pós-industriais. Neste caso, o termo sustentabilidade deriva da percepção dos riscos e da crise civilizatória de múltiplas dimensões fundada nos modos de vida em sociedade, a partir da discussão sobre desenvolvimento sustentável que, por sua vez, emerge de maneira evidente no plano global, a partir do documento da ONU de 1987, intitulado em português “O Nosso Futuro Comum”.

Alguns autores, desde a década de 90, já falavam das três ecologias (Guattari, 1991), ecosofia – uma articulação ético-política entre os três registros ecológicos (o do meio ambiente, o das relações sociais e o da sustentabilidade humana), que poderia contribuir para o esclarecimento de tais questões. Só que isso nunca é pensado no debate da sustentabilidade, reduzindo-o a uma dimensão operacional e claramente reduzida à ecoeficiência.

A leitura que tem que se fazer é de cunho filosófico e político. Porque a sociedade de alguma maneira está confrontando uma lógica dominante de mercado e sem esse tipo de encaminhamento não seria possível avançar em um debate sobre a ética socioambiental.

Outros filósofos como Pierron (2009) reforçam esse argumento, ao afirmar ser a noção de desenvolvimento sustentável, no século XXI, o equivalente ao que representou o iluminismo no século XVIII ou o progresso na Revolução Industrial, como importância de debate social.

Os ODS, a Agenda 2030 e o Acordo de Paris, todos esses elementos, falam e projetam uma nova ética de desenvolvimento e uma nova ética de existir das sociedades humanas.

As discussões em torno de ética socioambiental trazem também a valorização das comunidades locais, com a noção das Cosmovisões, onde a terra é vista como um organismo vivo. É o debate da interculturalidade para uma ética socioambiental.

Nessa perspectiva, a ética vista dentro do conceito de “Viver Bem”, que é uma linha que insere a ética dentro do desenvolvimento sustentável. Ao mesmo tempo, com tendência a assimilar a universalização das culturas, o reconhecimento das diferenças, a compreensão dos elementos formadores da identidade, com respeito às diversas formas de vida abarcadas pelo Bem Viver como uma alternativa ao desenvolvimento, que vai além da qualidade de vida e mapeia indicadores subjetivos, como grau de pertencimento dentro de um contexto maior. Envolve três princípios: harmonia entre Homem e Sociedade, harmonia do Homem consigo mesmo e a harmonia entre Homem e a Natureza, sempre respeitando as diferentes culturas e as relações de gêneros.

Dentro deste contexto, existem indicadores que vão em prol do contexto da cosmovisão, que mapeia o grau de felicidade; a valorização da educação informal (não desvalorizando a formal, mas também indo além desta); a habitação não só como a moradia (casa), mas também como um local de diálogo, um lugar onde a família pode se expressar; a questão dos fatores produtivos, mas também saindo do contexto tradicional de produzir por produzir, indo ao encontro a valores como a soberania da segurança alimentar, uma agricultura mais orgânica com menos agrotóxicos; a religiosidade, mitos e ritos que estão sendo resgatados.

O Bem Viver busca valorizar as culturas, as tradições, as línguas nativas das populações, mitos, ritos e religiosidades das populações. Um dos grandes desafios do Bem Viver nas questões éticas socioambientais consiste em resgatar (sair da tradicional tríade social econômica e ambiental) e valorizar as cosmovisões das comunidades tradicionais superando as relações de saber e poder do colonialismo para (de)colonizar o conhecimento.

A cosmovisão revela-se uma visão de mundo que se sobrepõe a séculos de exploração e submissão permeadas pelo colonialismo e neocolonialismo. Dentro do conceito da cosmovisão, a Terra é vista como um organismo vivo. O Bem viver, com sua visão ecológica, respeito do ser humanos frente ao ambiente, a si mesmo e ao próximo, aproxima-se de visões pós-desenvolvimentistas. Frente a lógica de acumulação, advém de cosmovisões indígenas, que se opõe radicalmente ao discurso eco eficientista e à visão desenvolvimentista, própria da narrativa dominante (Svampa, 2011).



Para pensar a relação sociedade-natureza, numa concepção de respeito à diversidade, será necessária uma estratégia de sustentabilidade dentro dos princípios e abordagens como as do Bem Viver, que possuem um “olhar” voltado à cosmovisão dos povos indígenas, tradicionais, bem como aos princípios ambientais, espirituais, culturais e políticos dentro de um marco mais ético, humano e intercultural.

A interculturalidade está inserida no Bem Viver e propõe o reconhecimento e a interação da diversidade de saberes para que diferentes culturas possam igualmente ter as mesmas oportunidades de sobreviver e conviver dentro de uma sociedade, mantendo suas identidades, respeitando-se mutuamente, propiciando diálogo construtivo aliado aos princípios da cidadania. A interculturalidade não privilegia determinados saberes e modos de produzir conhecimento em detrimento de outros saberes, mas propõe diálogos que buscam a construção de relações recíprocas, de respeito ao saber que vem do “outro” numa atitude de escuta e interlocução com esses saberes.

Portanto, a construção de uma nova relação do homem com a natureza supera o movimento ambientalista, a ética e o senso comum ecológicos, se deslocando para uma outra racionalidade que integre valores, razão e sentido, “reconhecendo que, além da ciência, existem grupos sociais que operam baseados em racionalidade, em que a relação com a natureza não está calcada na dominação e tampouco na sua mercantilização” (Dias et al, 2015, p.669)

Os palestrantes refletem ainda a dificuldade de entender o debate da Sustentabilidade, pois na verdade não existe um conceito unificado pela dificuldade de se agregar os diferentes conceitos. A noção de sustentabilidade parte de uma ideia de Crise que não é ecológica, mas civilizatória, e de múltiplas dimensões.

As cidades, lugares de grande diversidade humana e “laboratórios vivos”, têm que se preparar, se reinventar, trazer a multiplicidade de conceitos e abordagens, para serem vistas de outra maneira, de modo a possibilitar a realização do ODS 11, que almeja tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

14h00–15h30	<p><b><i>Painel III: Não Humanos na Ética Socioambiental</i></b></p> <p>Diego da Silva Grava (FURB)</p> <p>Paula Brügger (UFSC)</p> <p>Marcelo Nivert Schlindwein (UFSCAR)</p> <p>Moderador</p> <p>Carlos Arturo Navas Iannini (IB/USP)</p> <p>Relator</p> <p>Amanda Silveira Carbone (PPGSP/FSP/USP)</p>
-------------	---

O painel III abordou o tema “Não humanos na Ética Socioambiental” e contou com a participação dos professores Diego da Silva Grava, ligado à FURB, Paula Brügger, professora da UFSC e Marcelo Nivert

Schлиндwein, professor da UFSCAR, como palestrantes e do professor Carlos Arturo Navas Iannini (IB/USP) como moderador.

Como ponto de partida, o painel reforçou o olhar sobre o momento de crise ambiental vivido atualmente e também apontou a existência de uma crise de paradigma, pautada por uma visão de mundo mecanicista e uma ciência hegemônica tecnicista e divorciada da ética.

A sociedade segue uma racionalidade instrumental, em que a natureza só tem valor instrumental de uso, é vista como ferramenta, voltado à produtividade e crescimento econômico. Essa visão gera como consequência sociedades não sustentáveis e a visão dos seres vivos como meios para atingir as necessidades humanas e não como fins em si mesmos.

Nesse sentido, a exploração intensiva dos recursos naturais e dos trabalhadores tem sido a forma preponderante dos países em desenvolvimento de se viabilizarem economicamente. Atualmente, o Brasil é um dos maiores produtores e exportadores de carne e de soja do mundo e tem a pecuária como uma “vocação” econômica. Autores como Roberto Simonsen demonstram que a pecuária, tema amplamente abordado no painel, foi uma atividade crucial para o desenvolvimento e a consolidação do território e da economia brasileira e atualmente é ainda considerada uma vocação econômica do país.

No entanto, uma análise mais apurada mostra que o setor também apresenta muitos impactos negativos, associados a problemas socioeconômicos, ambientais e éticos que afetam tanto seres humanos quanto não-humanos. Assim, a vocação para a pecuária no Brasil acaba por esconder a política perversa do capitalismo industrial, justificando a exploração da terra e dos trabalhadores de maneira intensiva, privatizando os lucros e socializando os prejuízos.

Evoca-se a ideia de “vocação” como estratégia discursiva para legitimar essa lógica, naturalizando aquilo que é fruto de relações sociais e políticas e que beneficia atores específicos em detrimento de muitos outros e dificulta uma reflexão crítica sobre essas atividades e suas implicações para o desenvolvimento sustentável.

Apesar de sua relevância econômica e de sua importância, em regiões específicas, na geração de emprego e renda, o setor cresce a custos sociais e ambientais elevados. Um dos grandes impactos está relacionado às mudanças climáticas. Há estudos que apontam que o setor contribui para a emissão de 14,5% do total de Gases de Efeito Estufa (GEE) lançados na atmosfera, valor calculado a partir de análises mais conservadoras, e outros estudos que incluem outros elementos e impactos da cadeia de produção (como os laticínios, por exemplo) e chegam ao cálculo de cerca de 50% de toda a emissão de GEE por parte do setor. Outro estudo recente afirma que, se não fizermos nada para modificar o modelo atual, o setor pecuário pode vir a contribuir com a emissão de cerca de 80% dos GEE em 2050.

Além do impacto climático, a pecuária é uma das principais responsáveis pelo desmatamento da Amazônia, impactando na dinâmica dos chamados “rios aéreos amazônicos”, resultantes dos processos de evapotranspiração das árvores, que chegam a lançar na atmosfera cerca de 1000 litros de água por dia. Além disso, o bioma Cerrado também tem sido altamente impactado pelas atividades agropecuárias: atualmente restam apenas cerca de 20% do bioma original. O setor agropecuário é responsável por cerca de 92% de toda a Pegada Hídrica da humanidade e quase um terço se deve à produtos de origem animal, relacionados ao consumo de carne, laticínios e outros derivados.

Além disso, dados do Living Planet Report (2014, 2016, 2018) apontam que em cerca de quatro décadas houve uma perda de 60% do total de vertebrados do planeta. Na América Latina a perda foi ainda maior, de 89% do número total de vertebrados (entre 1970 e 2014). Embora o relatório não aponte a relação

direta desse declínio com a pecuária, as principais causas são a perda e degradação de habitats.

A destruição da biodiversidade atinge não apenas as espécies do topo das cadeias tróficas, como as onças-pintadas, por exemplo, mas também espécies que estão na base dessas cadeias, como frutos típicos do Cerrado. Nesse sentido, surge no painel a provocação: um indivíduo de uma espécie silvestre é mais importante que uma domesticada? Um dado que salta aos olhos é o número de espécies de plantas domesticadas, 103, ao todo, em relação ao número de espécies de plantas superiores, cerca de 400 mil.

Ao se transformar uma área preservada, com alta biodiversidade, gerando alteração drástica de todo o ecossistema, por um conjunto de pequeno número de espécies que formam nossa base de alimentação, evidencia-se a forma como a sociedade industrial percebe a biodiversidade. Criam-se ambientes altamente modificados e simplificados, altera-se a composição biológica e o conjunto do ecossistema como um todo pelo processo de domesticação e com o agravante da poluição biológica, que impacta drasticamente nas populações locais antes existentes. A proteção da biodiversidade que resta é influenciada pelo valor que a sociedade industrial atribui a cada espécie.

Outros impactos da pecuária são a utilização de transgênicos, uso indiscriminado de agrotóxicos e antibióticos, formação de zonas mortas nos oceanos, degradação dos recifes de coral, problemas de saúde humana, estímulo à precariedade do emprego. Além disso, a pecuária depende da morte de seres vivos sencientes, tratados de forma moralmente questionável, em condições de confinamento, tédio, estresse, mutilações e mortes prematuras. Dados mais aprofundados sobre esse cenário podem ser obtidos no “Meat Atlas” publicado anualmente pela Fundação Heinrich Böll e pela Friends of the Earth Europe, sobre os métodos e o impacto da pecuária industrial.

Os seres sencientes são aqueles capazes de sentir dor, prazer, luto e outras sensações, de modo semelhante aos seres humanos. Nesse sentido, a consciência animal é fato científico, como aponta a Declaração de Cambridge sobre a Consciência em Animais Humanos e Não Humanos, escrita por Philip Low e proclamada publicamente na Universidade de Cambridge, Reino Unido, em 2012.

A relação dos seres humanos com os animais na sociedade atual denota uma cultura especista, considerada uma forma de preconceito por parte dos seres humanos contra outras espécies animais, baseada em diferenças moralmente irrelevantes. O especismo se configura como uma variação do antropocentrismo e pode ser considerado semelhante ao racismo ou o sexismo. A partir do especismo, simples diferenças dão base para a não aplicação do princípio da igualdade, entendida como igual consideração de interesses semelhantes.

Esse cenário aponta para a necessidade de adoção dos princípios da justiça ambiental e social nos processos de desenvolvimento. Esses são princípios que vão ao encontro do que se advoga como ética socioambiental.

A justiça ambiental preocupa-se com a equidade social e o direito de todos a viver em um ambiente saudável. A ética ambiental defende diferentes princípios de justiça ecológica, gera um movimento crítico ao antropocentrismo, buscando defender interesses humanos e não-humanos nos processos de desenvolvimento.

Há, portanto, uma convergência entre os conceitos de justiça e ética socioambiental, mas ambos têm sido discutidos e debatidos, na América Latina, de forma independente e há uma predominância da perspectiva da justiça socioambiental.

A busca pelo crescimento econômico tem implicado em danos ambientais e efeitos sociais graves, que devem ser discutidos em sua complexidade e sob diferentes enfoques, considerando a diversidade

socioambiental brasileira, que demanda o respeito às diversas culturas e visões que compõem esse mosaico sociocultural. Além disso, é necessário reconhecer o valor intrínseco do mundo natural e a natureza em si como sujeito de direitos, como fazem diversas comunidades tradicionais, levando em conta também os interesses de não-humanos.

A ética socioambiental propõe um princípio de dupla-inclusividade, ou seja, equidade social e expansão da consideração moral para além dos seres humanos, envolvendo os animais não-humanos, considerados como destinatários de consideração moral por serem sencientes. As discussões sobre desenvolvimento e meio ambiente podem se enriquecer dos princípios da ética socioambiental e avançar na busca pela mudança da racionalidade predominante de coisificação da natureza e exploração intensiva de recursos naturais.

Há uma demanda por se repensar o planejamento territorial, rever os processos, calcular as externalidades ligadas à produção animal e pensar em alternativas viáveis. Nesse sentido, os princípios da ética socioambiental ajudam a ponderar os benefícios e problemas ligados à essa atividade e incitar transformações que beneficiem humanos e não humanos. As necessidades humanas podem ser saciadas por meio de alternativas sócio e ambientalmente sustentáveis como demonstram a agroecologia e outras experiências exitosas.

As atividades associadas à pecuária devem ser reconsideradas e revistas em consonância com os princípios da ética socioambiental, buscando uma produção mais sustentável que atenda a interesses humanos e não humanos. É necessário fazer melhor uso do território, com as cidades produzindo mais alimentos e as áreas destinadas aos pastos e à produção de ração para os animais produzindo comida para humanos e biocombustíveis, substituindo cerca de metade de todo o carvão utilizado como energia no mundo (segundo estudos).

As discussões do painel apontam para a importância de se enfrentar o desafio de uma mudança de paradigma, sendo necessário se adotar visão mais holística e sistêmica para alcançar a sustentabilidade e modificar positivamente nossa relação com o ambiente. A ética socioambiental é elemento chave nesse processo e seus princípios podem auxiliar a nortear a busca por um novo projeto de sociedade, que também depende da tradução do fato científico em uma percepção pela sociedade e consequente mudança comportamental.

15h30–17h00	<p><b><i>Painel IV: Território, Equidade e Justiça Ambiental</i></b></p> <p>Andréa Zhouri Laschefski (UFMG)</p> <p>Deisy Ventura (FSP/USP)</p> <p>Marta de Azevedo Irving (UFRJ)</p> <p>Moderador</p> <p>Carlos Alberto Cioce Sampaio (FURB/UP)</p> <p>Relator</p> <p>Ivan Maglio (IEA/USP)</p>
-------------	---

O tema geral deste painel foi Território, Equidade e Justiça, que tratou o tema da Ética Socioambiental em uma abordagem sociológica e antropocêntrica e na perspectiva ambiental.

### ***Parte I. A violência epistêmica na implantação de projetos de desenvolvimento***

Violência Epistêmica foi o tema apresentado pela Prof. Andréa Zhouri Laschefski da UFMG. A violência epistêmica radical ocorre pelo poder de nomear como humanos ou colocar fora desse reconhecimento determinados grupos de seres humanos. A implantação de projetos de desenvolvimento, tema abordado neste painel, envolve a violência epistêmica, em que imagens de raça, etnia e progresso configuram elementos essenciais a permitir a dominação, na esteira das ideologias do imperialismo e do colonialismo que forjaram o terceiro mundo. A escassez e a miséria aparecem como ordens de justificativa para a realização dos projetos. Agronegócio, mineração e hidrelétricas, em nome de projetos de desenvolvimento, perpetuam a iniquidade e se realizam a partir da violência epistêmica.

A análise apresentada baseia-se na observação da Ética Socioambiental como categoria proposta para reflexão sobre a justiça e a equidade na questão de conflitos socioambientais. A violência epistêmica se reproduz no licenciamento ambiental brasileiro, na implantação de projetos de desenvolvimento, como na mineração e na construção de hidrelétricas. A implantação da Barragem de Irapé no Vale do Jequitinhonha, caso etnográfico específico situado no nordeste de Minas Gerais, inaugurada em 2005, nos dá a base para pensar a questão da violência epistêmica em suas várias dimensões<sup>14</sup>. O caso não é exclusivo, mas característico dessas expressões de violência que acontecem em várias situações observadas pelas pesquisas do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais - GESTA/UFMG<sup>15</sup>.

O Vale do Jequitinhonha – conhecido como Vale da miséria – é a região mais pobre de Minas Gerais. A Barragem de Irapé, com 209 metros de altura e um reservatório de 137.160 km<sup>2</sup> está localizada no semiárido e sua implantação afetou uma série de biomas em 7 municípios, e cinco mil pessoas foram atingidas e outras tantas afetadas. Em 2002 os atingidos entraram com uma ação contra a barragem e o Juiz proferiu a seguinte sentença: “Os danos eventuais devem ser mitigados, mas não melindram o interesse público, pois haverá desenvolvimento para a região”, demonstrando como a decisão Judicial, subestimou os impactos sociais, utilizando o interesse público e o desenvolvimento que foram colocados como justificativa. A naturalização da escassez aparece na caracterização da região e, por conseguinte, nas justificativas para várias políticas redentoras do Vale desde os anos 1960.

Entende-se que as comunidades foram deslocadas compulsoriamente e vários atingidos a jusante não foram sequer considerados como atingidos. Geralmente os projetos reconhecem como atingidos aqueles grupos que vivem na área a ser alagada, considerada “diretamente afetados” pela construção da barragem. O barramento obriga a retirada das casas próximas ao Rio e das grotas. Com a alteração do fluxo das águas provocada pelo barramento do rio, o sistema de agricultura e as trocas econômicas

---

<sup>14</sup> Gomes Fernandes, Ana Maria. *De pouco a pouco a gente vai acostumando-se: Memória e produção da localidade em uma Comunidade reassentada pela UHE-Irapé*. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, 2014. UFMG

<sup>15</sup> Site. Observatório de Conflitos Ambientais. <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/observatorio-de-conflitos-ambientais/>

envolvendo as chapadas e as baixas, mas sobretudo os tabuleiros e a vazante foi interrompido. Isso mudou todas as práticas de manejo do território para plantio de subsistência pelas populações locais.

Esse quadro de não reconhecimento das populações a jusante como sendo atingidas pelos empreendimentos construídos a montante se repete em Brumadinho, Barão de Cocais e em outros casos de barragens de mineração. O conhecimento da população atingida pela barragem de Irapé a jusante não foi levado em conta pelo Juiz, assim como o conhecimento antropológico elaborado pelo GESTA-UFGM, o que configura o quadro de violência epistêmica trazida por este caso.

A decisão judicial deu mais peso à análise técnica da qualidade da água do que aos problemas que a mudança do fluxo do rio acarretou para a população, tais como a perda da agricultura de vazante, mas também o uso contrariado da água pelas transformações do seu aspecto denunciado pela população (água ferrosa, que fede a ferro, etc).

Em síntese, a decisão Judicial, subestimou os impactos do projeto, tendo o interesse público como justificativa para sua implantação, e não reconhecendo que a população à jusante perdeu sua fonte de alimentação pelas mudanças de fluxo do rio e sua condição social, entrando num quadro de alta vulnerabilidade social, que foi imposta a elas. Trata-se de um deslocamento in situ da população.

Tratou-se de uma decisão de cunho ideológico pautada na Modernização Ecológica, ou seja, na inexorabilidade dos projetos com aposta na mitigação técnica dos problemas e na “negociação” com os atingidos. Nesse contexto, desconsidera-se a experiência vivida pela população e a inseparabilidade das dimensões sociais e ambientais.

A ideologia do desenvolvimento padroniza o tecido social e o território, por isso desqualifica o modo de vida rural e tradicional praticado em regiões como o Vale do Jequitinhonha. Em muitos casos, as decisões do Estado, assim como as jurídicas, estão centradas numa cultura negociação, cada vez mais em voga no campo dos conflitos socioambientais, são uma tendência orientada pela cultura do ganha-ganha (win-win) baseada em orientações do Banco Mundial e em ensinamentos como os do livro *How to Get to Yes?*<sup>16</sup>. Essa tendência vem orientando o Ministério Público em Minas Gerais e em outros estados da federação. Contudo, numa sociedade em que a assimetria entre as partes é uma realidade estrutural, os grupos em posição de desvantagem são submetidos a reiterados processos de vulnerabilização no contexto das resoluções negociadas de conflitos.

Como fazer para que as diferenças culturais sejam acolhidas pelos grupos hegemônicos? Como os operadores do direito podem reconhecer e acolher as populações em sua diversidade, mas também compreender os processos que forjam a desigualdade social? Trata-se de um desafio para se chegar a uma Ética Ambiental, nos termos de um acolhimento, conforme definido por Ivan Ilyich. Como fazer para que a diferença seja acolhida pelos grupos hegemônicos e as iniquidades não sejam perpetuadas pelas formas desiguais de apropriação do território?

## ***Parte II. Justiça ambiental como parâmetro ético da Saúde Global***

---

<sup>16</sup> Getting to Yes: Negotiating Agreement Without Giving In, by Bruce Patton, Roger Fisher, William Ury - Harvard

Deisy Ventura apresentou a Justiça Ambiental como um parâmetro ético da Saúde Global. O ponto de partida da análise são conceitos colocados por Bruno Latour, que na obra “Down to Earth. Politics in the New Climatic Regime”<sup>17</sup>, identifica três sintomas da situação histórica atual a partir dos anos 1990: Desregulação para abrandar o tema, ou melhor, a Globalização; a Explosão das Desigualdades; e a Negação da Existência de Mudanças Climáticas. Essa perspectiva de Latour faz sinergia com a discussão da ética ambiental.

Há uma explosão das desigualdades associada à clivagens na percepção do que é desigualdade. Partindo-se da conclusão de Françoise Dubeaux (O tempo das paixões tristes), há percepções diferentes sobre o que as desigualdades representam. Por exemplo, considera-se que a França é cada vez mais desigual. Mas nos EUA, há a percepção de que a desigualdade é menor, pela questão da meritocracia como justificativa para a existência das desigualdades.

As classes dirigentes, a elite, a partir dos anos 1990 concluiu que “Não há lugar para todos na terra. Não há um destino comum para todos”. O exemplo explícito foi dado por Donald Trump – na retirada do EUA do Acordo de Paris, demonstrando que os EUA estão fora desse mundo de vocês (outros) que está acabando, desse mundo comum. Trata-se, portanto, do fim da retórica do direito compartilhado no mundo.

Quem não entendeu as Mudanças Climáticas na correlação de forças atual, não entendeu nada da política dos últimos 50 anos. O tema se configura como uma questão fundamental para a atual reorientação política. Essa reorientação política consiste no fortalecimento dos Estados Nacionais e do território nacional como um abrigo contra a globalização.

Nesse contexto, o que chamamos hoje de Saúde Global? É uma expressão polissêmica, com interesses e agendas muito diversas, e inclui o debate de quanto as relações, no plano internacional, devem ser baseadas em parâmetros éticos ou não. Existem correntes diferentes em relação à inserção de princípios éticos nas relações internacionais. Duas correntes distintas, com suas literaturas e discursos próprios. Há correntes que defendem que não entram ética, princípios ou direitos nas relações internacionais, que são considerados utópicos ou românticos.

A vertente construtivista e cosmopolita considera, por outro lado, que as relações internacionais devem ser baseadas em parâmetros éticos, que consideram que a questão ambiental é uma questão fundamental e totalizante no âmbito global, internacional. Entre esses autores, todos reconhecem a questão ambiental como importante (seja vista de forma protocolar seja como questão determinante).

Nesse sentido, João Nunes, da Universidade de York, aponta o Antropoceno como chave para uma nova Ética da Saúde Global, que passa inicialmente pela consideração do ambiente. O debate da Segurança da Saúde Global, no caso do controle internacional das doenças, passa também por essa discussão, como uma posição de manter controlada a doença que vem dos pobres, no lugar onde ela deveria ficar, e revela duas agendas distintas. Duas percepções da saúde global. Um lado diz “Segura o Zika no Brasil e o Ebola na África!”, que são doenças emergentes relacionadas a questões ambientais.

---

<sup>17</sup> Latour, Bruno. Down to Earth. Politics in the New Climatic Regime. Politi, 2017.

No entanto, a questão da segurança da saúde global, que parte do meio ambiente e da sustentabilidade, precisa considerar em primeiro lugar a questão do Antropoceno. Só a partir desse debate nascerá uma regulação para garantir parâmetros éticos para a Saúde Global. Em outros termos, sem olhar a questão do Antropoceno, não há como discutir a saúde global. É pelo enfrentamento das questões ambientais, que ameaçam a vida na Terra, como as doenças emergentes, que vai se construir a ética da saúde global.

### ***Parte III. Reflexões sobre a ética socioambiental relacional***

Em continuação, Dimas Floriani apresentou reflexões sobre a natureza da ética e a ética da natureza: pensar, fazer decidir e julgar no socioambientalismo, com base no capítulo de sua autoria publicado no livro “Ética Socioambiental”, publicado pela Editora Manoel e lançado no evento.

A gênese conceitual que confere a ética nas escolhas de vida, que vale a pena ser vivida, nos humanos do ocidente, pode ser localizada nas origens do pensamento grego, parcimônia e justa medida nas escolhas da sabedoria do bem viver. Nesse contexto, a ética das escolhas de vida deve ser feita em conexão com os demais na esfera da política.

Os “valores” são as matérias primas da ação moral, uma vez que são os referências da ética no balanço histórico e crítico nesse campo do conhecimento. O debate sobre ética tem como mediação a relação dos seres humanos com a natureza, os limites e potencialidades de sua criação em escala progressiva, desde suas origens evolutivas. Dessa tensão permanente, é possível estabelecer algumas das perguntas sobre o passado e futuro da condição do *homo sapiens*, como um ser dotado de capacidade moral, para o bem e para o mal.

Os fatos ou ações morais debatidas no campo da ética podem ser entendidos e explicados pelos modos de pensar, de fazer e de agir, agenciados pelos mecanismos de subjetivação nos termos propostos pela leitura de Deleuze e Judith Butler das obras de Foucault, que tratam da a produção desse sujeito individual e coletivo no ocidente.

Daí a importância da política relacional, da alteridade do outro, a fim de deslocar a ética do campo do subjetivismo individual, elevando-a para a domínio da ação política pública, na produção de si como sujeito. É necessário analisar historicamente os modos de subjetivação, em torno dos modos de concepção de natureza, da corporeidade, das formas de apropriação e usos feitos pelas sociedades, e dos conflitos decorrentes das diferentes leituras e sistemas de práticas produzidos ao longo do tempo histórico.

Tal é a trilogia modos de pensar, de fazer e de agir. Fazer é diferente do agir, fazer no sentido das técnicas e o agir no sentido da ação coletiva, pode e deve ser apresentado em perspectiva histórica pela qual seja possível identificar regularidades e rupturas desses diversos modos de subjetivação. Por isso a atividade de subjetivação é aqui central para a discussão de uma filosofia da ética, e por meio desse instrumental analítico poderemos nos aproximar da melhor maneira possível da problemática socioambiental.

No capítulo de autoria do prof. Dimas Floriani, os componentes desses diversos modos de subjetivação são apresentados na seção chamada “A produção de si mesmo e o trabalho de subjetivação pela relacionalidade”.



A ética se relaciona com distintas mas integradas esferas do pensamento, do conhecimento, da ação e da cultura, desenvolvidas ao longo da história das sociedades humanas e que lhe impõem a necessidade de dialogar com os avanços da ciência e da técnica, além de saber extrair das culturas seu saberes enraizados em suas práticas materiais e simbólicas em diálogo com a natureza.

Esses elementos são debatidos na seção que trata da hibridação da ética com as demais esferas do social e do individual. Diante dos desafios e dilemas civilizacionais na modernidade, a questão socioambiental emerge como um grande desafio para o desenvolvimento de uma consciência ecológica.

A consciência ecológica pode ser entendida também como a construção um sujeito ecológico vinculado a uma ética da natureza, e que se apresenta como um novo modo de subjetivação para as sociedades contemporâneas, inicialmente em espaços indetectáveis que cedem a norma e o sujeito, mas que emergem como criatividade potencial, ou por meio da ação de operadores de subjetivação, elementos abordados na seção do livro que trata das Condições de Produção e de Subjetivação de uma ética sócio-ecológica ou da natureza.

Na seção penúltima do capítulo, são apresentados os fundamentos dessa nova ética, a ética sócio-ecológica, com base um pensamento complexo do saber e da racionalidade ambiental reunidos no Manifesto pela vida, por uma ética para a sustentabilidade, com uma passagem pelo pensamento grego no intuito de tentar resgatar o que permanece, a transição dos modos de pensar do mítico religioso ao filosófico.

O capítulo aborda, por fim, a relação da ética com o papel da ciência e da tecnologia, do homem como produtor e objeto de sua criação e os efeitos produzidos sobre o presente e futuro do *homo sapiens*. Colocam-se, ao final, as seguintes provocações: Afinal o que somos nós? Quais as possibilidades da coexistência, a partir da alteridade e numa ética da diferença, o que pensar da alteridade numa ética da diferença?

### ***Debates***

O Prof. Luciano Florit iniciou com uma provocação à Profa. Andrea sobre certos tipos de antropocentrismo que são mais problemáticos, em especial com os modos de vida que não predominam nos espaços urbanos, pautados por uma preocupação com o conhecimento prático, sobre o manejo do ambiente, sobre a convivência com o Rio Jequitinhonha, por exemplo. Ponderou que, paradoxalmente, há coisas muito interessantes que estão sendo pensadas por juristas que, diferentemente dos juízes citados, efetivamente querem pensar o direito, como por exemplo a ideia dos direitos da natureza, que está relacionada com que os demais disseram, a visão dos indígenas colocada pelo Prof. Dimas.

No Equador, o conceito dos “direitos da natureza” guarda uma forte relação com a questão territorial. Não é à toa que aparece em países onde a mineração exerce um forte papel, caso de Mariana, do rio Doce - Rio Watu para os índios Krenaks, que o tratam como um parente. Para resolver o problema do antropocentrismo, fala-se do direito do rio que perdeu os seus ciclos usados pelos ribeirinhos.

Colocou-se, a seguir, a reflexão de que a história não pode ser reduzida em historicidade, à produção da história contada por ela própria, ou à segmentação da história contada por grupos determinados (o antropomachocentrismo, o *homus urbanus*, etc.). Há que se tomar cuidado com seres humanos que pretendem ser mais do que os demais seres humanos.

A Profa. Andrea ponderou que uma das teses desenvolvidas em seu grupo de pesquisa, por Anabela Lajes, demonstra que, na UFMG, os cursos de direito têm na grade curricular matérias introdutórias ligadas a antropologia, e mais recentemente noções de direito ambiental, porém nada de justiça ambiental. A grade curricular é deficitária nos temas debatidos neste seminário – há déficit na formação nas escolas de direito, e portanto dos operadores do direito, para noções como raça e desigualdade, classe, etnia. Outro aspecto a ser considerado é: quais são as histórias de vida dos juízes, quem são, de onde vem? A maioria tem uma posição de classe, de casta, com uma visão de mundo branco, de elite urbana e quando não ruralista, muitas vezes ligada ao latifúndio.

Quanto às observações feitas pelo Prof. Luciano Florit, a Profa. Andrea reconheceu que os movimentos contra-hegemônicos, como os movimentos andinos, trazem brechas para pensar novas possibilidades. Entretanto, ponderou que é preciso considerar que o pensamento hegemônico é esse que está aí, nessa casta elitizada e inacessível. O juiz se coloca como um ser inatingível, que decide a portas fechadas. No livro “A pilhagem: quando o estado de direito é ilegal”, de Ugo Mattei e Laura Nader<sup>18</sup>, os autores demonstram que o direito sempre existiu para facilitar o exercício do poder, a aquisição de território, para legitimar os processos de dominação. Então, de nada adianta os Krenac lutarem pelo seu parente Rio Doce, ou Rio Watu, uma vez que a Samarco só reconhece dano ambiental para a perda de parentes humanos. Apesar da inspiração dos movimentos contra-hegemônicos, há ainda um longo caminho a percorrer.

O Prof. Luciano Florit ponderou, nesse ponto, que dentro do campo do direito existem vertentes de litigância estratégica, litigando a favor de populações vulneráveis, assim como toda uma linha de pensamento e ação que luta pela responsabilização das empresas por crimes ambientais. É um movimento internacional, encampado por juristas brasileiros como Manuela Roland. São minoria e não o pensamento hegemônico. Quanto aos currículos, a solução não é criar uma disciplina de Ética nas Faculdades de Direito, o que poderia ter um impacto avassalador de cooptação e um risco de criação de uma ética ambiental diferente daquela que imaginamos. A mudança passa pela concepção de conhecimento, uma questão muito anterior, ligada à separação entre as ciências naturais e as humanidades, à hiper-especialização.

### **Conclusões**

Em conclusão ao painel, o moderador, Prof. Arlindo, fez algumas ponderações. Vários dos aspectos que emergiram desde e dos demais painéis conduzem à reflexão sobre como a ética socioambiental e o respeito a vida se inserem nas formações profissionais e nas universidades. Ponderou que a questão da ética ambiental foi trazida mais recentemente no mundo a partir da Conferência da ONU-Estocolmo 1972, inserindo-se no concerto das nações, sofrendo aperfeiçoamentos e levando à criação de segmentos que pudessem avançar neste entendimento. Neste painel, sobre justiça ambiental, a grande questão que se coloca é: como ter Justiça se o poder não respeita a ética dos povos, sua cultura, sua relação com os ambientes e territórios onde vivem. O chamado sistema “civilizatório” conecta-se com estruturas de poder tradicionalistas, que impedem avanços neste aspecto.

Por outro lado, há segmentos significativos da área do direito que têm avançado no entendimento das questões ambientais. Cite-se, por exemplo: a criação do Instituto Direito por um Planeta Verde, tendo como um dos fundadores o ministro Herman Benjamin; a atuação do Prof. Guido Soares da FDUSP em

---

<sup>18</sup> Mattei, U. & Nader, L. A pilhagem: quando o estado de direito é ilegal. São Paulo: Martins Fontes, 2013.



favor da introdução do direito ambiental nas faculdades de direito por meio do direito ambiental internacional; o curso de especialização em direito ambiental *lato sensu*, viabilizado na USP após quatro anos de esforços conjuntos da FAU, FD, FSP e POLI; a atuação do Prof. Wladimir Passos de Freitas como presidente do TJRS, implantando toda uma política ambiental nos fóruns do Estado do Rio Grande do Sul numa velocidade impressionante, sendo hoje presidente de uma organização internacional com sede em Haia, atuando ainda no direito ambiental. Enfim, é preciso congrega esforços e reunir pessoas e talentos para ampliar as questões da ética socioambiental em todas as áreas.